

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel¹

Considerado dos maiores historiadores do nosso tempo, o francês Jacques Le Goff (1924-2014) foi um dos responsáveis pela mudança de concepção acerca da Idade Média: se antes a influência renascentista nos fazia pensar que se tratava de um período estático, “de trevas”, seus estudos – bem como de outros grandes medievalistas contemporâneos – mostraram a riqueza e o dinamismo do período. Sua obra mais metalinguística talvez seja *História e Memória* (2005), lançada originalmente na França em 1977. Nas mais de quinhentas e trinta páginas da edição brasileira, o autor trata de conceitos caros ao ofício do historiador, inclusive debruçando-se, em diferentes momentos, sobre o binômio que dá título ao livro.

No prefácio, há seis importantes questões que norteiam o problema sobre o conceito de história. Que relações existem entre a história vivida pelos homens, a história natural e a ciência histórica? Que relações tem a história com o tempo natural e com o tempo das sociedades? Existe um sentido na/da história? Como a história se coloca em relação ao futuro? Quais as relações entre a história e o/os estruturalismo/os? Não se deveria escrever uma história da natureza? (págs. 8 e 9)

A partir desses apontamentos, inicia-se a discussão no capítulo “História”, no qual o autor aponta que a ciência histórica não é construída nem observada, mas é feita em uma realidade sobre a qual se indaga, se testemunha. A história teria começado como um relato, uma narrativa e evoluiu em diferentes desdobramentos como a história das representações, das ideologias, das mentalidades, do imaginário, do simbólico, psicanalítica (p. 11) etc. A história da história, ou historiografia também se consolida e abre espaço para a disciplina enquanto ciência aos olhos de Bloch (p.

¹ Doutorando em Comunicação pela PUC-Rio e Mestre em Educação pela UFF. Professor do curso de Pedagogia do Centro Universitário La Salle-RJ e Diretor Pedagógico do Instituto Maia Vinagre-RJ. Membro do NUGEPPE/UFF e PECC/PUC-Rio.

23), enquanto filosofia e enquanto arte, como aponta Duby (p.38), enquanto religião, como mostra Miquel (p. 61).

Le Goff caminha inevitavelmente para a cronologia da história no mundo ocidental e oriental, contando um pouco de sua trajetória em associação com as grandes religiões e repousa no ofício do historiador, em seus atributos e limitações, partindo do debate sobre a polêmica recorrente sobre o fim da história (p. 40). Em seguida, ideias sobre fontes históricas e registros são o foco do debate. O autor aponta a importância da passagem da oralidade para a escrita – e da coexistência – mas ressalta que a oralidade não é anulada pela escrita, “pois não há sociedade sem história”. (p. 53).

O segundo capítulo aborda a relação entre “Antigo/Moderno”, o que Le Goff trata por um par ocidental e ambíguo. Sua intenção é desfazer os usos sem quaisquer critérios dos conceitos, uma vez que a ambiguidade presente nos mesmos tem alto poder destrutivo. O antigo flutua entre o pejorativo ultrapassado e o idealizado clássico. Já o moderno é um turbilhão de coisas: é o presente, o agora, o instantâneo. O moderno está na literatura, nas artes, na tecnologia e busca reafirmar que tudo que passou está ultrapassado. Le Goff nos mostra que o moderno pode trazer o risco da “ruptura dos indivíduos das sociedades com o passado”, (p. 204) mas muitas vezes apenas sua caricatura.

Em seguida, a discussão gira em torno do “Passado/Presente”, discorrendo sobre esta relação em diversos campos do conhecimento: psicologia, psicanálise, linguística, antropologia e na própria história. Este passeio nas áreas do conhecimento proposto tem por finalidade firmar sua posição de que a história não se pode prender exclusivamente ao passado, é preciso entender o passado pelo presente e o presente pelo passado, como indica Bloch (p. 227).

“Progresso/Reação” dá nome ao capítulo seguinte. Há um claro recorte para o século XIX ocidental, quando este antagonismo efetivamente faz sentido. O historiador nos mostra que nas sociedades antigas e medieval, a ideia de ciclos temporais impedia a consolidação do que hoje entendemos por progresso, ideia que desenvolve-se entre o nascimento da imprensa (século XV) e a Revolução Francesa (século XVIII). Este último evento também foi responsável pelo surgimento dos “reacionários”, aqueles que se opunham à truculência dos revolucionários.